

InfoCarne

Informativo Sinduscarne: Notícias do setor da carne

Edição 195



A FORÇA DA INDÚSTRIA DA CARNE MINEIRA



Nesta Edição

Destaque Tereza Cristina: “Nossa agricultura precisa de mais tranquilidade, de mais segurança para produzir”

Mercado Cotações

Dilatado o prazo para optar pela definitividade da base de cálculo do ICMS-ST

Passivo por desrespeito ao tabelamento de fretes volta a preocupar

Suíno: acordo entre China e EUA não deve afetar exportação brasileira

Eventos Venda pela internet – Crie seu próprio e-commerce

Fiscalização do Trabalho: Implantação do e-Social e como receber o fiscal do trabalho

Destaque

Tereza Cristina: “Nossa agricultura precisa de mais tranquilidade, de mais segurança para produzir”

A ministra Tereza Cristina (Agricultura, Pecuária e Abastecimento) afirmou nesta terça-feira (23) que melhorar o programa de subvenção ao seguro rural será fundamental para dar mais segurança aos produtores rurais brasileiros, que correm muitos riscos de perda de safra devido a problemas climáticos. A ministra participou no fim da manhã do Seminário Internacional do Seguro Rural, na sede da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), em Brasília.

O evento acontece num momento em que os ministérios da Agricultura e da Economia discutem elevação dos valores destinados à subvenção do seguro no Plano Safra 2019/2020. Tereza Cristina defende ampliar o valor destinado à subvenção do seguro dos R\$ 440 milhões deste ano para R\$ 1 bilhão na próxima safra, o que ajudaria a reduzir os riscos embutidos nos financiamentos agrícolas e, com isso, a diminuir também as taxas de juros cobradas pelos bancos.

“O seguro é uma das ferramentas que podem levar mais tranquilidade para aqueles que estão no campo produzindo. Nossa agricultura precisa de mais tranquilidade, de mais segurança para produzir”, afirmou Tereza Cristina. “A gente viu esse ano vários acontecimentos: no Brasil tivemos seca no início do ciclo, depois nos Estados Unidos ocorreram as inundações pós-colheita e antes da safra, causando prejuízos, e depois, na Austrália, os problemas na pecuária. Construindo juntos uma boa política de seguro, avançando ano a ano, acho que a gente pode levar a tranquilidade para o campo que os produtores brasileiros tanto precisam”. O seminário foi organizado pelo Ministério da Agricultura e pela CNA e teve dois painéis, um nacio-



nal e outro internacional, em que foram debatidas as políticas de seguro rural de países como Espanha, Estados Unidos, México e Índia, além de um panorama sobre o modelo brasileiro e os desafios do país.

A ministra destacou a importância do evento para a agricultura brasileira na construção de um seguro que garanta não só o pagamento dos financiamentos bancários quando o produtor estiver com problemas, mas que garanta renda para ele sobreviver durante o ano.

“É muito bom quando a gente tem aqui pessoas de vários países contando as suas experiências, dizendo onde já se chegou, há quantos anos eles estudam essa política pública. A gente precisa ver que temos muito a andar, muito a fazer pela agricultura brasileira. Tenho certeza de que as experiências são muito importantes para que, a cada ano, se dê um passo maior, aperfeiçoe mais essa política. (É preciso) que todos agricultores brasileiros tenham interesse, principalmente, no seguro de renda, não só no seguro para se pagar ao banco. Quando ele tiver um problema realmente, que

tenha tranquilidade de saber que vai sobreviver àquele acidente naquele ano, e vai continuar a produzir no próximo”. Em entrevista, o secretário de Política Agrícola do Ministério da Agricultura, Eduardo Sampaio, destacou a experiência de outros países, nos quais os governos promoveram outros serviços (além da subvenção) que atraíram seguradoras privadas. “O Esta-

do pode prover outros serviços que são tão importantes quanto a subvenção, como o zoneamento agrícola. O seguro é uma coisa complexa para o produtor, então existem outros serviços e outras coisas para acontecer que dependem do Estado, e coisas que não dependem e que são muito importantes para o seguro, tão importantes quanto a subvenção”.

Fonte: Ministério da Agricultura

Mercado

Cotações

BOI GORDO					
Mercado Físico - 24/04/2019 - Preços livres de Funrural				Preços brutos sem o desconto do Funrural, mas com o desconto de 0,2% referente ao Senar ¹	
BOI GORDO	R\$/@ - Kg**			R\$/@ - Kg**	
	à vista	30 dias	# base ²	à vista	30 dias
MG Triângulo	148,00 ■	150,50 ▲	-4,75%	149,50	152,50
MG Belo Horizonte	146,00 ■	148,00 ■	-6,33%	147,50	149,50
MG Norte	148,00 ▲	149,50 ▲	-5,38%	149,50	151,50
MG Sul	146,00 ▲	148,00 ▲	-6,33%	147,50	149,50

Fonte: Scot Consultoria - Acesso em 25/04/19

FRANGO	
Frango abatido Resfriado - KG / atacado	4,90
Frango Vivo - KG / Posto Granja - Média do Mercado - Frangos	3,55

Fonte: AVIMIG - Acesso em 25/04/19

SUÍNOS	
Média	4
18/04/2019	R\$4,20 (fechada)
25/04/2019	R\$4,20 (fechada)

Fonte: ASEMG - Acesso: 25/04/19

DILATADO O PRAZO PARA OPTAR PELA DEFINITIVIDADE DA BASE DE CÁLCULO DO ICMS-ST

Foi publicado no Diário Oficial do Estado – Minas Gerais, de hoje, o Comunicado SUTRI n.º 03/2019 pelo qual é dilatado o prazo para que o contribuinte possa acordar, por meio de opção, a definitividade da base de cálculo presumida do ICMS devido por substituição tributária com efeitos retroativos a 1º de março de 2019.

Lembramos que o prazo se encerraria hoje, mas se-



gundo o referido Comunicado será dilatado para 15 de maio de 2019, conforme decreto a ser publicado posteriormente.

Caso não seja feita a opção, a situação será a seguinte:

- a) Se o valor de venda praticado pelo contribuinte for inferior ao utilizado para o recolhimento do ICMS-ST, surgirá o direito à restituição do imposto;
- b) Se o valor de venda praticado pelo contribuinte for maior ao utilizado para o recolhimento do ICMS-ST, o Estado exigirá a diferença do imposto.

A opção impede eventual pedido de restituição pelo contribuinte e, também, a exigência de ICMS complementar pelo Estado.

Reiteramos a necessidade dos contribuintes que atuam no varejo analisarem a questão para que possam fazer a opção mais adequada a sua situação.

Referida opção é anual e deverá ser formalizada pelo contribuinte, por meio do SIARE.

Fonte: FIEMG

Passivo por desrespeito ao tabelamento de fretes volta a preocupar

A promessa feita pelo governo de fiscalizar a aplicação da tabela de fretes apaziguou o ânimo dos caminhoneiros, mas trouxe à tona uma questão que estava ficando em segundo plano: o passivo jurídico — diferença entre o valor mínimo e o pago — milionário gerado por transportes feitos fora dos preços mínimos estabelecidos.

A Lei 13.703 instituiu a Política Nacional de Pisos Mínimos do Transporte Rodoviário de Cargas, que determinou a publicação de tabelas de preços mínimos para fretes de cargas a granel, frigorificadas, perigosas, gerais e neogranel. Essa atribuição é da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), que deverá publicar as tabelas referentes ao quilômetro rodado na



realização de fretes, por eixo carregado, consideradas as distâncias e os tipos de carga. Quem descumprir as regras terá que indenizar o transportador em valor que seja o dobro da diferença entre o preço pago e o que seria devido. Apenas indenizações anteriores a 19 de julho serão anistiadas.

Em agosto do ano passado, meses após o estabelecimento da tabela, o Valor já havia informado que uma das grandes tradings de grãos presentes no Brasil calcula que, em seu caso, a diferença entre os preços praticados os previstos na tabela chegava em cerca de R\$ 200 milhões em poucas semanas.

Em mensagem a associados também em agosto do ano passado, o Sindicato dos Transportadores autônomos de Cargas de Ourinhos e Região (Sindicam) afirmava que estava reunindo documentação para entrar com processos contra transportadoras — ou tradings — que estão pagando valores abaixo do piso mínimo. “Não existe trabalhar ou não com tabela, isso não é uma opção. É lei”, afirmava Ariovaldo Junior Almeida, diretor do Sindicam, em mensagem de áudio direcionada a caminhoneiros.

Ontem, a questão voltou à tona com a promessa do governo junto à Confederação Nacional dos Transportadores Autônomos (CNTA) de fiscalizar o cumprimento da tabela de preços mínimos. Outra pro-

messagem feita foi de que a tabela será reajustada de acordo com mudanças no preço do diesel.

“O que vai acontecer é o que era quase descartado meses atrás: a formação de frotas próprias”, disse Sérgio Mendes, diretor-geral da Associação Nacional dos Exportadores de Cereais (Anec). Para atender o volume a ser movimentado, tradings como ADM, Bunge, Cargill e Dreyfus teriam de adquirir 4 mil caminhões cada uma, com gastos estimados em R\$ 700 mil por carreta, somando cerca de R\$ 2,8 bilhões em investimentos, avaliou o próprio Mendes no fim de 2018.

O diretor-geral da Anec calcula que, apenas para 2019, considerando a tabela ainda sem o reajuste do diesel, os gastos para exportar a produção de soja, farelo de soja e milho aumentam cerca de US\$ 4 bilhões. “Considerando o frete de ida e de retorno [pagamento de um frete de retorno quando os caminhões voltam para sua origem vazio]”, destacou.

“Dentro de um sistema regido por oferta e demanda é complicado garantir renda para uma das partes”, disse. “Já temos de lidar com a imprevisibilidade da safra, do mercado, da guerra comercial e, agora, tem o tabelamento”. Mendes completa, ainda, que é normal haver aumentos nos preços pagos pelo frete em picos de safra, quando há grande disputa por caminhões. “Mas não temos como garantir um fluxo durante o ano inteiro”, pontuou.

A questão ainda dará muito pano para manga. Isso porque a safra 2018/19 de soja brasileira está terminando de sair dos campos e o transporte rodoviário é o principal meio para levar as 70 milhões de toneladas da oleaginosa — previsão da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) — até os portos. No primeiro trimestre do ano, já saíram 18,3 milhões de toneladas de soja pelos portos do país.

Fonte: BeefPoint

Suíno: acordo entre China e EUA não deve afetar exportação brasileira

O presidente da Associação Brasileira de Proteína Animal (ABPA), Francisco Turra, acredita que as exportações de carne suína do país à China não devem ser prejudicadas caso os Estados Unidos confirmem um aumento nos embarques do produto para os asiáticos através de um acordo comercial que está sendo negociado há meses.

“Por conta dos problemas que os chineses vêm enfrentando com o surto de peste suína africana, a demanda pelo produto é muito superior ao volume que poderia ser ofertado não apenas pelos Estados Unidos, mas por outros países pertencentes à União Europeia e pelo Canadá”, disse.

Turra afirma que os chineses produzem cerca de 54 milhões de toneladas de carne suína, bem à frente do Brasil, cuja produção ficou em 3,63 milhões de toneladas no ano passado, de acordo com dados da ABPA. “Não acredito que o Brasil possa ser prejudicado com os desdobramentos desse acordo comercial. Como a demanda chinesa é crescente, entendo que o Brasil poderia ser favorecido com uma ampliação dos embarques ainda maiores a esse destino”, comenta.

O presidente da ABPA sinaliza que, pelo fato de o Brasil estar buscando abrir novos mercados à carne suína, como o México, além de ampliar os embarques a outros mercados já conquistados, como a Coreia do Sul, o país não teria disponibilidade para ofertar grandes volumes aos chineses. “Talvez o Brasil pudesse conseguir exportar um milhão de toneladas de carne suína. Esse volume é bem superior ao que o Brasil já conseguiu embarcar, algo em torno de 620 mil toneladas”, disse. No ano passado, conforme dados da entidade, o



país exportou 549 mil toneladas de carne suína.

Turra acredita, inclusive, que o Brasil terá condições de ampliar o número de frigoríficos suínos aptos a exportar ao mercado chinês a partir da missão que o Ministério da Agricultura pretende realizar naquele país em maio.

Comercialização

Segundo a ABPA, o Brasil tem hoje 9 frigoríficos de suínos habilitados a exportar a China. Em 2018, os embarques de carne suína do Brasil à China totalizaram 154,5 mil toneladas, um crescimento de 216% frente ao ano anterior. Na mesma comparação, as receitas tiveram um incremento de 2.014%, atingindo US\$ 306 milhões no ano passado.

Turra está bastante otimista quanto a um bom desempenho para o setor de carne suína em 2019. “Acredito que o ano de 2019 será muito tranquilo para o Brasil em termos de exportação de carne suína, com um ano muito bom também para o produtor”, sinaliza.

Fonte: Canal Rural

Eventos

VENDA PELA INTERNET – CRIE SEU PRÓPRIO E-COMMERCE | CONTAGEM

Objetivo: Aprenda os passos necessários para começar a vender pela internet, utilizando diversas ferramentas digitais e montando seu próprio e-commerce.

Data: 06 e 07/05/2019 (segunda e terça-feira) | **Horário:** 18h30 às 22h30

Local: CIEMG - Avenida Babita Camargos, 766, Praça da Cemig – Contagem/MG

Investimento: R\$ 280,00 para associados ao CIEMG/SINDUSCARNE e R\$ 400,00 para não associados (PF e PJ). **Código de desconto:** 5BVNEP

Saiba mais: <http://bit.ly/2PvmbNU>

FISCALIZAÇÃO DO TRABALHO: IMPLANTAÇÃO DO E-SOCIAL E COMO RECEBER O FISCAL DO TRABALHO

Objetivo: A fiscalização do trabalho seguirá novos rumos a partir da implantação do eSocial. Por isso, as empresas devem não só preparar-se para essa nova realidade, como também adotar procedimentos para receber o fiscal do trabalho em seu estabelecimento, já que as inspeções não deixarão de ocorrer, pelo contrário, se intensificarão.

Data: 15 e 16/05/2019 (quarta e quinta-feira) | **Horário:** 18h30 às 22h30

Local: CIEMG - Avenida Babita Camargos, 766, Praça da Cemig – Contagem/MG

Investimento: R\$ 280,00 para associados ao CIEMG/SINDUSCARNE e R\$ 400,00 para não associados (PF e PJ). **Código de desconto:** 5BVNEP

Saiba mais: <http://bit.ly/2GECsfm>